

FHC diz que críticas de bispos da CNBB são um insulto

Novo documento questiona venda da Vale

por Ana Heloísa Ferrero
de Indaiatuba

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que as acusações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quanto à existência de "corrupção ativa" na compra de votos de deputados na reforma administrativa é "falsa, desabonadora para o Congresso e insultuosa ao governo". Em nota divulgada por sua assessoria de imprensa, o presidente rebateu as críticas contidas no estudo, elaborado pela CNBB, contra seu governo.

"Se há casos de barganha, é só ler o Diário Oficial e demandar à Justiça. Se não, caluniadores são os que não sabem do que estão falando ao referir-se a anistias, isenções fiscais, obras públicas, etc, que jamais foram concedidas a troco de votos. E o governo desafia a provar quem disser o contrário", respondeu Fernando Henrique.

Na nota da Presidência da República, Fernando Henrique disse estar convencido de que a má fé ou a desinformação de seus autores não comoverá a opinião pública e muito menos os eminentes prelados que compõem a CNBB. "Com o avanço da democracia, com a imprensa livre, fica mal, muito mal, que documentos com tanta irresponsabilidade sejam tomados a sério.

As respostas do presidente tiveram como alvo direto os professores Ivo Lesbaupin e Antonio Abreu, autores do documento a "Análise da conjuntura sócio-econômica-política brasileira", apresentado durante a 35ª Assembléia Geral da entidade, em Indaiatuba (SP).

Ontem, os bispos aumentaram suas críticas sobre o comportamento do governo federal, desta vez na área de privatização. O ex-presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, antecipou ontem o documento final sobre a venda Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Mendes de Almeida disse que o texto exprime o desejo dos bispos de que a desestatização da empresa passe por um "discernimento democráti-

co", envolvendo desde cientistas até representantes do Congresso.

"Esperemos que sejam respeitadas as exigências que chamamos de éticas, antes da definição pela privatização, marcada para o dia 29", disse o bispo, referindo-se ao fato de que sete personalidades brasileiras — entre elas, ele próprio — teriam solicitado em 31 de março ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma audiência para tratar da venda da Vale, mas até hoje não obtiveram nenhuma resposta.

A respeito da declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, que disse não entender nada da Vale, mas que dom Luciano Mendes de Almeida saberia menos ainda, o bispo afirmou que não discute questões pessoais, só espera que "todos entrem no reino dos céus".

Hoje, durante a assembléia geral da CNBB, será divulgado o levantamento das terras da igreja católica, feita durante um ano pelo Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (Ceris). Segundo dom Ivo Lorscheister, bispo de Santa Maria (RS), o levantamento é, antes

de tudo, um estudo científico sobre as terras rurais, pesquisadas entre 233 dioceses e 870 aglomerados religiosos.

De acordo com Lorscheister, são cerca de 270 mil hectares de terras pertencentes à igreja católica ligadas às dioceses e entidades religiosas.

No entanto, ressaltou, muitas dessas terras são pequenos lotes rurais, onde estão capelas, cemitérios e outras construções, que não serviriam para fins de reforma agrária no País, já que para isso são necessários pelo menos 500 hectares de terra contínua. "Faremos reforma agrária se houver terra para isso", garantiu ontem durante a assembléia. Esse é o primeiro levantamento feito pela igreja católica, que até o momento trabalhava com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que aponta a existência de 330 mil hectares de terra, incluindo as pertencentes às igrejas evangélicas.

**Levantamento
mostra que igreja
católica tem 270 mil
hectares no País,
onde predominam os
pequenos lotes rurais**

15 ABR 1991

GAZETA MERCANTIL